



Construindo e padronizando: um estudo histórico-cultural sobre corpos femininos

Building and Standardizing: A Historical-Cultural Study on Female Bodies

Clara Maduell Gómez¹
Mariani Viegas da Rocha²

Resumo

As estruturas de dominação sobre o corpo feminino são produto de um trabalho incessante e histórico de reprodução para o qual contribuem sujeitos específicos e instituições. O presente artigo tem a intenção de analisar a construção corporal através da cultura. O objetivo é entender a estruturação da moralidade e do controle, a doutrinação e a padronização dos corpos femininos através dos discursos sobre sua aparência. Para dar conta do tema proposto, partimos de uma revisão bibliográfica histórica, sociológica e antropológica, refletindo sobre as mudanças dadas aos padrões corporais nos últimos séculos. E, assim, compreender as relações de poder implicadas em tais mudanças.

Palavras-chave: Corpo; Corpo Feminino; Padronização; Gênero e Sexualidade.

Abstract

The structures of domination over the female body are the product of an incessant and historical work of reproduction to which specific subjects and institutions contribute. The present article intends to analyze the corporal construction through the culture. The objective is to understand the construction of morality and control, the indoctrination and standardization of the female bodies through discourses on their appearance. For that, we start from a historical, sociological and anthropological bibliographical review, reflecting on the changes given to the body patterns in the last centuries. And thus, to understand the relations of power implied in such changes

Keywords: Body; Female Body; Standardization; Gender and Sexuality.

¹ Bacharela em Ciências Sociais - UFRGS; Mestra em Antropologia Social - PPGAnt-UFPEL; Licencianda em Ciências Sociais - UFRGS - Porto Alegre, RS, Brasil. E-mail: cla_182_mg@hotmail.com.

² Licenciada em História - Universidade La Salle Canoas; Mestranda no PPG em Educação - UFPR - Curitiba, PR, Brasil. E-mail: mviegasr@gmail.com.



1. Introdução

A força de expressão que tem o corpo é uma forma de comunicação não verbal, o diálogo se dá através de gestos e posturas do corpo, assim, homens e mulheres se relacionam simbolicamente. Para estudar as possibilidades expressivas da corporeidade, é preciso uma desnaturalização do corpo para poder ter noção histórica e cultural dele. Sabe-se que o corpo não é só físico, um dado da natureza, mas sim produzido historicamente; é uma produção discursiva que está inscrita sócio e culturalmente e significada através de práticas e atos (BUTLER, 1999; FOUCAULT, 2014). Então, ele não é universal, mas sim provisório, mutável e suscetível às intervenções do seu meio. É através do corpo que o indivíduo é classificado, a cultura institui o que está dentro e fora dos parâmetros do saudável e do belo, o que é normal e anormal (GOELLNER, 2003).

Falar em corpo implica também falar em identidade, já que ele se constitui como referência que a ancora. Sendo o corpo, aparentemente, a referência central da identidade do sujeito, a materialização do que ele é e do que possivelmente se tornará (LOURO, 1999; WEEKS, 1999).

O corpo também pode ser problematizado como um lugar de diferença individual. Porém, ao mesmo tempo que é único ele é também partilhado, é similar aos demais corpos “produzidos” neste tempo e espaço e pela mesma cultura (GOELLNER, 2003). Ou seja, através do corpo expressamos tanto nossa identidade, quanto à da comunidade a qual pertencemos, pois há um investimento dado a ele adequando-nos aos modos do grupo. As identidades são produzidas e moldadas por meio de uma referência corporal.

É no corpo biológico/físico que as desigualdades entre os sexos são naturalizadas. Como historicamente os privilégios são dados aos e por homens, há, também, em nossa cultura uma objetificação feminina que perpassa os anos. A mulher se torna um objeto, passiva das vontades masculinas. A “dominação masculina” (BOURDIEU, 2002) é uma forma de violência simbólica que as mulheres sofrem, mascarada nas relações e muitas vezes invisível inclusive para as vítimas. Pierre Bourdieu define:

A força simbólica é uma forma de poder que se exerce sobre os corpos diretamente e, como que por magia, sem qualquer coação física; mas essa magia só atua com predisposições colocadas, como molas propulsoras, na zona mais profunda dos corpos (BOURDIEU, 2002, p. 50).

As estruturas de dominação sobre o corpo feminino são produto de uma reprodução incessante e histórica para o qual contribuem agentes específicos como homens - com suas armas como a violência física e a violência simbólica - e instituições como o Estado, família, igreja e escola. Então, os dominados aplicam categorias construídas do ponto de vista do dominante às relações de dominação, fazendo-as assim ser vistas como naturais, constituindo-se a partir da adesão que o dominado concede ao dominante. Essa violência é chamada pelo sociólogo de “violência simbólica”, pois o poder simbólico não pode acontecer sem a colaboração dos que lhe são subordinados.

Através dessa opressão, as mulheres “aprendem” desde crianças a ser submissas e a reproduzir o machismo, a agradar a classe masculina, cuidando de sua beleza e de seu comportamento. As doutrinas corporais do corpo da mulher são incentivadas direta e indiretamente pelo seu meio social. Essas alterações se dão das mais variadas formas, através de mudanças de hábitos, de alimentação, de prazeres, intervenções médicas e tecnológicas.

Nesse artigo, temos a intenção de entender essa construção social dos corpos e analisar a pressão que sofrem os corpos femininos através da padronização atual de beleza de nossa sociedade que remete à ascensão do modelo branco e burguês de vida social. Percebemos, então, nesse “padrão” dois marcadores sociais: o de classe e o de raça. Tentamos também fazer uma crítica à opressão e à discriminação que sofrem as mulheres que não seguem essa “ditadura de beleza”. Para dar conta



do tema proposto, decidimos fazer uma revisão na bibliografia histórica, sociológica e antropológica disponível, sobre o corpo e, especialmente, sobre o corpo feminino, além de analisar dados secundários como *sites* e revistas.

2. Socializando corpos

Na Antropologia, Marcel Mauss (2003) foi o primeiro a tratar do corpo e suas percepções. Para ele, o corpo é o mais natural e primeiro instrumento, objeto técnico e, ao mesmo tempo, meio técnico do homem e da mulher. Afirma que há uma construção social do corpo, mas como cada sociedade tem seus hábitos próprios, ele passa também por uma variabilidade cultural, fazendo com que haja, para cada comunidade, um corpo típico (MAUSS, 2003). Então, os valores culturais estão refletidos no corpo, que é uma representação da construção da pessoa. Culturas diferentes enfatizam e definem os significados dos órgãos e faculdades de formas distintas. Sempre encontraremos diferenças se compararmos as sociedades.

A cultura, através do aprendizado, é fundamental na determinação de posturas corporais. As técnicas corporais são transmitidas através de uma tradição, ou seja, é por meio da educação corporal que a estrutura social é impressa nos indivíduos. Não existiriam “maneiras naturais” do corpo, mas sim maneiras adquiridas e transmitidas culturalmente. Os indivíduos são preparados para a vida social por meio da educação corporal (*ibidem*, 2003). Esse aprendizado não cessa na infância, mas se mantém durante toda sua vida conforme as transformações culturais e sociais que vão se apresentando. Dentro de uma mesma comunidade, qualquer manifestação corporal de um indivíduo é significativa para seus membros e só faz sentido relacionada com o conjunto de símbolos do grupo (LE BRETON, 2011). Na mesma linha, Pierre Bourdieu afirma que o corpo biológico socialmente modelado é:

um corpo politizado, ou se preferimos, uma política incorporada. Os princípios fundamentais da visão androcêntrica do mundo são naturalizados sob a forma de posições e disposições elementares do corpo que são percebidas como expressões naturais de tendências naturais (BOURDIEU, 2002, p. 156).

Portanto, o corpo humano é mais social que individual, uma vez que expressa a vida coletiva. O corpo é representação da sociedade, não há processos exclusivamente biológicos e não pode haver um modo natural de considerar o corpo que não implique, ao mesmo tempo, uma dimensão social. As posições dos corpos são influenciadas pela cultura que impõe ritmos e posições nas quais o corpo é moldado. Procedimentos podem ser incorporados, nada é orgânico, a expressão natural está determinada pela cultura (BASTIDE, 1983). Como afirma Silvana Goellner:

Um corpo não é apenas um corpo é também o seu entorno. Mais do que um conjunto de músculos, ossos e vísceras, reflexos e sensações, o corpo é também a roupa e os acessórios que o adornam, as intervenções que nele se operam, a imagem que dele se produz, as máquinas que nele se acoplam, os sentidos que nele se incorporam, os silêncios que por ele falam, os vestígios que nele exibem, a educação de seus gestos... enfim, é um sem limite de possibilidades sempre reinventadas e a serem descobertas. Não são, portanto, as semelhanças biológicas que o definem, mas fundamentalmente, os significados culturais e sociais que a ele se atribuem (GOELLNER, 2003, p. 29).

As linguagens e significados são usados para definir e regulamentar ações e condutas de um determinado grupo em relação aos demais. A cultura é, então, um processo onde os grupos estabelecem variados modos de viver, assim como atribuem diferentes significados ao mesmo fenômeno. Logo, linguagens, saberes e significados estão carregados de relações de poder que circulam na sociedade e beneficiam os grupos sociais que detêm o poder (FOCAULT, 2014).

Thomas Csordas (2008) afirma que o corpo é a base existencial da cultura. Sua premissa metodológica é que o corpo não é um objeto a ser estudado em relação à cultura, mas o sujeito



dela. Assim, o corpo humano é produzido por processos sociais, o autor pensa a corporalidade como condição existencial da vida cultural.

Muitas são as temáticas que envolvem o corpo feminino como saúde, higiene, medicina, estética, beleza, sexualidade, vestimenta, alimentação, comportamento e conduta. A busca por um corpo “belo” é um processo de *embodiment*, conceito usado por Thomas Csordas (2008), cuja tradução seria a construção da corporalidade. O autor cria o paradigma da corporeidade que pode ser entendida como um campo metodológico indeterminado, definido, como já foi citado, pela experiência perceptiva e pelo modo de engajamento no mundo.

Dessa forma, o corpo existe na totalidade de seus componentes graças ao efeito da educação recebida e das assimilações dos comportamentos do meio em que vive. É então o meio que une um sujeito ao outro. Porém, esse corpo não é evidente. Por receber influência da cultura, está sujeito a identidades transitórias, inconstantes e mutáveis, essas não são uma decorrência exata e direta evidenciada por esses corpos.

Segundo Stuart Hall (2006), a identidade torna-se uma “celebração móvel”, formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam e, também, definida historicamente e não biologicamente. O sujeito assumiria identidades diferentes em diversos momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. Dentro de nós, há identidades contraditórias de tal modo que nossas identificações são continuamente deslocadas. Então, a identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia.

No corpo, também estariam representadas as categorias sociais de sagrado e profano (DOUGLAS, 1966) que são partilhadas entre as comunidades e dão sentido às interações. O corpo é considerado sagrado e se deve mantê-lo limpo e sem interferência externa para não torná-lo profano. (HERTZ, 1980). Em cada cultura, existe um “padrão” corporal imposto pela sociedade, onde há um controle muito forte sobre os corpos. Por meios simbólicos, as comunidades são capazes de levar seus membros até à morte oprimindo-os, marginalizando-os e deprimindo-os (RODRIGUES, 1979).

Há um treinamento que introjeta nos indivíduos determinados valores e regras de orientação para seus comportamentos em relação com o mundo e com a sociedade (RODRIGUES, 1979). Ou seja, existem formas tradicionais de controle e disciplinamento. Foucault (1987) afirma que os corpos podem ser moldados historicamente e é aí onde se operam dispositivos eficazes de subjetivação do ser. O corpo é objeto e alvo de poder; pode ser submetido e aperfeiçoado através da disciplina que torna as pessoas mais obedientes e, portanto, mais úteis para quem as quer regular. Há uma hierarquia impressa nos corpos dos indivíduos, corpos ideais construídos por elementos controladores. Guacira Lopes Louro descreve o disciplinamento dos corpos:

A preocupação com o corpo sempre foi central no engendramento dos processos, das estratégias e das práticas pedagógicas. O disciplinamento dos corpos acompanhou, historicamente, o disciplinamento das mentes. Todos os processos de escolarização sempre estiveram – e ainda estão – preocupados em vigiar, controlar, modelar, corrigir, construir os corpos de meninos e meninas, de jovens homens e mulheres (LOURO, 2000, p 60).

O corpo do sujeito que não segue os padrões estabelecidos pela sociedade pode ser visto, então, como corpo in-dócil, que não segue a disciplina imposta, rompendo com os valores sociais vinculados aos corpos e vistos como “normais”. Nossa sociedade considera o corpo como seu emblema e é através dele que se é classificado e julgado. Espera-se que ele evidencie a identidade do indivíduo - sexual, de gênero, classe, nacionalidade e/ou raça - e que esta não tenha ambiguidades e inconstâncias. Segundo Louro:

Treinamos nossos sentidos para receber e decodificar essas marcas (de identidade) e aprendemos a classificar os sujeitos pelas formas como eles se apresentam corporalmente, pelos comportamentos e gestos que empregam e pelas várias formas



que se expressam (LOURO, 1999, p. 15).

O corpo tido como “normal” é o de pele branca, cisgênero, heterossexual, magro, alto, com cabelos lisos, de classe média urbana e, somado a isso, sem cicatrizes ou marcas. E como objeto desse artigo, adiciona-se a pressão estética pelo modelo contemporâneo de corpo ideal feminino sensual: o “corpo violão” com seios e nádegas fartos, nariz fino, boca carnuda, cabelos longos, sem estrias ou celulites. Pode-se pensar, também, na “ditadura” da moda e a roupa que combina.

Mesmo que o padrão não seja “padrão” e sim a fisionomia de uma minoria, ancorada no corpo magro e branco, quem vai contra ou situa-se fora desses parâmetros, acaba sendo considerado estranho pela maioria, o que resulta, de certa maneira, numa antipatia àquele corpo, àquela mulher.

Dessa forma, se cria o estigma: a relação entre atributo e estereótipo, ou seja, a diferença entre a identidade visual - que é o modelo social do indivíduo, com a caracterização que imputamos a ele - e a identidade social real - que é o que o indivíduo tem de físico/biológico que o diferencia dos demais. Estigma é, então, qualquer sinal corporal com o qual se procura evidenciar alguma coisa de mau sobre o *status* moral de quem o apresenta, um atributo profundamente depreciativo. A pessoa que mostra pertencer a uma categoria com particularidades diferentes é pouco aceita pelo grupo social. Portanto, o estigma limita as formas como o indivíduo se apresenta (GOFFMAN, 1988).

Há esse adestramento desde o início da vida, mas o sujeito pode optar por outras formas de uso do seu próprio corpo, não há mais um limite dado pelo corpo “natural”, esse vai até onde a vontade do homem e da mulher chega e a tecnologia se prontifica a atendê-la. No entanto, os que não seguem as sanções e regras impostas por essa construção corporal através da cultura são vistos como infratores ou, como nos sugere Butler (1999), são subversivos à norma.

O desvio, então, não é uma qualidade do ato que a pessoa comete, não é individual, mas sim estatístico: o que a maioria das pessoas rotula como tal (BECKER, 2008). É perceptível que a agressão e a violência com os corpos só são constatadas quando o resultado é considerado desagradável pela coletividade.

3. O corpo feminino

Ao falarmos de corpos femininos neste artigo, fazemos um recorte de gênero. Seria impróprio, então, não abordarmos tal conceito. A forma que vivem homens e mulheres não é produto de condições biológicas, mas sim construções sociais. Simone de Beauvoir deixa claro no clássico *O Segundo Sexo*:

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino (BEAUVOIR, 1967, p. 9).

Então, é preciso uma condição social, uma construção para se tornar mulher. Quem elabora o conceito do feminino e do masculino é a sociedade. O comportamento de homens e mulheres é, portanto, cultural e internalizado, mas imposto como biológico e natural.

Segundo o *Dicionário Crítico de Gênero*, o verbete gênero é um conceito que busca “[...] dar conta de relações socialmente constituídas, que partem da contraposição e do questionamento dos convencionados gêneros feminino e masculino, suas variações e hierarquizações sociais” (VEIGA; PEDRO, 2015, p. 305). Em meados da década de 1970, o conceito de gênero limitava-se à noção binária de masculino e feminino, sendo usado equivocadamente para designar traços sexuais. Joan Scott e Judith Butler foram algumas das estudiosas que se ocuparam da discussão e da problematização da universalidade atribuída à noção de gênero. Joan Scott pretendia a “[...] rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual” (1995, p. 72).



Gênero é uma categoria de análise histórica, sendo “[...] um meio de codificar o sentido e de compreender as relações complexas entre várias formas de interação humana” (SCOTT, 1995, p. 89). Neste momento, houve a insistência em atribuir o termo gênero ao caráter social. Judith Butler (2003) vai um pouco mais longe e se propõe problematizar a dicotomia sexo/natureza, gênero/cultura. A perspectiva da filósofa opera com a desnaturalização das categorias sexo/gênero e analisa ambas como performáticas porque é através da reiteração de ações e normas que o sujeito, o gênero e o sexo se consolidam socialmente. Então, o corpo é que se adapta ao gênero e ao sexo, ambos construtos sociais e atravessados por saberes médicos, científicos e religiosos. Segundo ela:

Se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado “sexo” seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revele-se absolutamente nenhuma. Se o sexo é, ele próprio, uma categoria tomada em seu gênero, não faz sentido definir o gênero como uma interpretação cultural do sexo. O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (BUTLER, 2003, p. 25).

O que Butler diz é que, tanto sexo quanto gênero, “se fazem”, os órgãos genitais não definem se uma pessoa é homem ou mulher, essa construção do sexo não é um fato biológico, mas também social, construído e reiterado através de um ideal regulatório, de normas e de práticas.

Os primeiros debates acerca do corpo feminino pertenciam à igreja e, posteriormente, à medicina. O corpo feminino foi um tabu para a medicina colonial no Brasil que, vinculada à mentalidade do catolicismo do século XVI, fez com que esse fosse visto como um espaço nebuloso e soturno entre Deus e o Diabo (PRIORE, 2010). No século seguinte, houve um tímido esforço dos médicos para desvendar os mistérios do corpo feminino descobrindo os chamados “ovos nos testículos femininos”. Apesar das pequenas descobertas da ciência, a mentalidade sobre o corpo feminino continuava muito fiel às crenças de procriação e este continuava sendo um assunto destinado ao campo do Divino.

Durante o período colonial, entre o medo e a curiosidade, a medicina continuou trazendo o seu conhecimento raso com relação ao corpo feminino. O pouco conhecimento médico existente restringia-se ao estatuto biológico, ou seja, parir e procriar. Este estatuto biológico da mulher, segundo Priore (2010), também estaria inerente à moral, a ser mãe, frágil, sensível e submissa. A mulher era ordenada pela sua genitália, esta “[...] transformava a mulher num monstro ou numa eterna enferma e, vítima da melancolia, seu corpo se abria para males maiores como a histeria, o furor da *madre*³ e a ninfomania.” (PRIORI, 2010, p.83). Assim, entre os séculos XVI e XVIII, constituiu-se o imaginário, o saber e o discurso masculino sobre o corpo do qual não os pertencia, o corpo feminino.

Neste contexto, a medicina transformou o corpo feminino numa simplista fisiologia e mostrou-se incompetente no que dizia a respeito às suas curas. Com essa insuficiência de conhecimento, as mulheres buscaram soluções medicinais no interior de seus lares através de ervas, plantas e benzedadeiras. Esses saberes femininos foram transmitidos oralmente, atuando como uma medicina informal. O saber-curar, saber-fazer das mulheres foi um forte alvo de perseguições tanto pelas autoridades científicas, quanto pelas autoridades eclesiásticas (PRIORE, 2010). Entretanto, apesar do cerco e de mortes sofridas, o saber-curar das mulheres foi um dos fatores que levou ao rompimento lento e gradual com as instâncias científicas e eclesiásticas durante o século XVIII.

No século XIX e, principalmente, no início do século XX, o cenário a respeito da mulher, do corpo e da sua sexualidade começou a sofrer transformações com algumas permanências. No início do século XX, a grande parte do proletariado brasileiro era formado por mulheres. Segundo Rago (2010), as mulheres se valeram da imprensa operária para denunciar os abusos sexuais sofridos pelos patrões e colegas, assim como as demais humilhações sofridas dentro das fábricas. Muitas das mudanças que

³ No texto de Mary Del Priore, *Magia e medicina na colônia: O Corpo feminino*, *madre* é a nomenclatura dada ao útero pela medicina colonial. Entretanto, outros autores designam *madre* como vagina e útero.



ocorreram nas primeiras décadas do século XX foram impulsionadas por influências políticas como o anarquismo. As anarquistas apresentaram-se contrárias às teorias eugenistas ancoradas em dados biológicos e defendiam a ampliação de direitos das mulheres como o direito de optar pela maternidade ou pelo prazer sexual e, ainda, pelo fim da valorização da virgindade feminina (RAGO, 2010).

No início do século XX, a beleza física feminina costumava ser vista como algo Divino. Dizia-se que as jovens de boa família, jovens decentes não deviam se pintar, que pinturas não combinavam com as mulheres e que deviam seguir o santo exemplo de Nossa Senhora (SANT'ANNA, 2012). As privações femininas não se limitavam ao rosto e à maquiagem, mas também ao volume corporal. A magreza não era bem vista pela sociedade brasileira até a década de 1920, sendo sinônimo de feiura, miséria, pobreza ou doença.

O padrão corporal feminino sofreu mudanças com a chegada da década de 1920, impulsionado pelo cinema, pela vida urbana e pelos automóveis que tomavam as ruas metropolitanas. Os filmes reinventaram o padrão de beleza, sendo o principal propagador das novas maneiras de cuidar do corpo (SANT'ANNA, 2012). O cotidiano nas cidades exigia um padrão corporal menos volumoso e cortes de cabelos mais curtos e práticos, sendo este último representado como um ato de autonomia e liberdade feminina. Contudo, a maquiagem ainda não era bem vista para muitos dos homens da época, principalmente os médicos.

As décadas entre 1930 e 1950, no Brasil, foram marcadas pelos aconselhamentos das revistas que orientavam as mulheres a “manter a linha”. O “manter a linha” nada mais era do que educar os corpos femininos para a vida social, isso incluía: higiene, embelezamento, cuidados com os cabelos e pele. Além de preservar o ideal de esposa fiel ao marido, a restrição da vida pública e os limites de sedução para não virar “moça perdida”. Em relação à saúde do corpo feminino, o foco se concentrava em fatores biológicos como o útero. Este, segundo Sant'Anna (2012), era considerado, exclusivamente, o irradiador da saúde da mulher. O sorriso, a beleza e o bom humor feminino dependiam de um útero saudável. Neste período de 1940 e 1950, o imaginário da mulher-flor fazia-se muito presente na sociedade, na qual as mulheres deveriam ser doces e encantadoras, sem excessos, choros e gargalhadas.

Após a Segunda Guerra Mundial, o antigo padrão do corpo feminino mais volumoso volta ser realçado, recebendo o título de “corpo violão”, passando a ser referência de beleza. O “corpo violão” repercutiu nas revistas de 1950 e foi incorporado ao rosto angelical, havendo uma forte valorização do padrão de rostos e traços juvenis. Neste contexto é que se criou o imaginário social da mulher angelical e provocante, idealizada para o matrimônio e para o prazer sexual. Assim, no início da década de 1960 o erotismo e a virgindade ganham pouco a pouco espaço na publicidade. Na oscilação de padrões corporais impostos às mulheres, os anos de 1960 marcaram o retorno dos padrões corporais menos volumosos e a chegada da balança ao comércio brasileiro. Inicia-se, neste momento, a incansável busca de unir dieta ao prazer de comer (SANT'ANNA, 2012).

As transformações começaram a surgir de forma mais efetiva a partir de 1960, com a chegada da Segunda Onda Feminista⁴. O movimento surgiu no Brasil na conjuntura da ditadura civil-militar de 1964 e destacavam, segundo Pedro (2012), assuntos ligados ao corpo e a sexualidade feminina. Neste contexto de militância feminista, as mulheres fizeram-se presentes nos espaços públicos e a reação sexual passava a ser tema das rodas de conversas. Rompendo aos poucos, assim, com a mentalidade do corpo feminino idealizado pelos homens e pela medicina que era destinado à maternidade, sem espaço para o desejo e o prazer. A criação e comercialização da pílula anticoncepcional foi outro marco importante para o favorecimento desta ruptura com a mentalidade vigente:

Desde o início da década de 1960, estava disponível no mercado um método mais seguro de contracepção, a “pílula”. A existência desse método anticoncepcional ajudou a consolidar na mentalidade das pessoas a separação entre procriação e sexualidade,

⁴ A “Segunda Onda Feminista” iniciou em meados da década de 1960 e reivindicava os direitos à sexualidade e ao corpo como: direito ao prazer, aborto e contracepção.



Os anos que se seguiram, depois do início da militância das feministas da Segunda Onda, trouxeram mais liberdade e autonomia para as mulheres, para os corpos femininos. Uma independência que também se deu na esfera do trabalho.

É impossível pensar em corpo sem pensar, também, na relação social com trabalho e na divisão sexual desse. O corpo das mulheres não transitava em lugares públicos, ele pertencia ao privado. Sendo destinado ao interior dos lares, executando as tarefas que foram atribuídas e naturalizadas como sendo papel da mulher. Nas sociedades capitalistas ocidentais, como fruto do patriarcado, têm por características a destinação prioritária das mulheres aos cuidados da casa. Assim, se condiciona as tarefas domésticas como função “natural” feminina, não sendo, de fato, considerado um trabalho por não ser remunerado. Se configurando em uma relação de trabalho naturalizada e hierarquizada entre os gêneros.

Com os avanços da luta feminista, as mulheres deixam a casa e começam a trabalhar fora. Quando elas transgridem essa “tradição”, acabam por encontrar obstáculos, deparam-se com a desvalorização e subalternização da sua força de trabalho, diferenças salariais e abusos. Mantendo-se a ideia generificada de que há profissões e áreas exclusivamente “masculinas”.

A década de 1980 foi marcada pelo enfoque no corpo feminino definido e o “corpo violão” acabou cedendo espaço para a beleza atlética, junto com ela vieram as revistas de boa forma e vitaminas para exercícios físicos. Os anos 1990 e 2000 foram os do corpo turbinado, onde os corpos femininos deveriam mostrar-se jovens e sedutores. O rejuvenescimento e a sexualidade dos corpos foram obtidos através da onda de cirurgias, próteses, implantes, depilações, aplicações de toxinas e ácidos. A linguagem da beleza tornou-se o centro das atenções da imprensa. Séculos foram percorridos e ainda assim o discurso do corpo pertencia ao campo da medicina agora vinculado ao terreno da estética.

A linguagem da beleza foi violentamente penetrada pelo vocabulário científico, numa época de galopante medicalização cotidiana da própria existência. Depois de entrar nas alcovas para regular o sexo e o ímpeto dos prazeres amorosos, o olhar científico penetrou na frivolidade do gesto de ataviar-se, nas vaidades perfumadas dos artifícios embelezadores. Ele dotou os cuidados com o corpo de seriedade, ensinou que vários gordos são obesos, alguns mórbidos, e provou que seis opostos podem ser anoréxicos, todos, enfim, com muitos problemas de saúde. Os medos foram multiplicados, assim como as fórmulas para prevenir milhares de danos possíveis ao corpo. Entre eles, o mais geral e difícil de circunscrever: a “falta de autoestima”. Curiosa expressão, hoje amplamente utilizada pela propaganda de medicamentos, cosméticos e serviços de lazer (SANT’ANNA, 2012, p. 123).

Como vimos, para Denise Sant’Anna, o discurso médico permeia os corpos. Agora não mais se discute apenas o útero e seus males. O discurso médico sobre o corpo feminino ampliou-se para outras áreas como a estética e a cosmetologia, mais uma vez impondo padrões e ideais regulatórios sobre os corpos femininos.

A moda e a “boa aparência” também são imposições feitas sobre os corpos femininos e traduzidas para o mundo contemporâneo. Atualmente, no Brasil, em especial nas classes médias e altas, há uma glorificação do corpo feminino acompanhada pela crescente exibição pública desse que, antes, era escondido. A antropóloga Kênia Kemp (2005) afirma que o padrão de beleza de nossa sociedade remete à ascensão do modelo burguês de vida social.

A classe médica alcançou tal autoridade num processo de medicalização da sociedade que conseguiu a institucionalização da clínica e uma legalidade que consagra todas suas práticas. Como afirma Le Breton (2003), a plasticidade do corpo se torna comum, a anatomia se transforma em matéria-prima para se modelar ao *design* do momento. Hoje, estamos no auge da aceitação das cirurgias estéticas e de sua crescente naturalização cultural.



No período da transição do Brasil para a democracia e o neoliberalismo, o país sofreu uma explosão da 'indústria da beleza'. Os empregos na área dos serviços de embelezamento quase dobraram de 1985 a 1995 [...] Em janeiro de 2001, uma reportagem da [revista] *Veja* intitulada 'Brasil, império do bisturi' [10/1/2001] contou que o Brasil superou os Estados Unidos como país com maior número de cirurgias plásticas per capita do mundo (EDMONDS, 2007, p. 193).

Há um processo cultural de construção de imagens corporais, o comércio de cosméticos e cirurgias estéticas: lipoaspiração e plásticas vêm atraindo, constantemente, mais admiradoras. A ideia de que "qualquer um pode ser bonito/a" contribuiu para aceitação ampla e pública da cirurgia estética. Outro fator é a melhora da saúde psíquica dos pacientes, já que, a sociedade cria normas e padrões; os que são portadores de um "complexo de inferioridade" (EDMONDS, 2007), cuja aparência pessoal criaria uma barreira psicológica para o sucesso, tendem a se realizar podendo mudar seu corpo.

Os resultados positivos alcançados pela medicina proporcionam o aumento dessas cirurgias, de importância estratégica para vida contemporânea. A lógica de nossa sociedade é o raciocínio do mercado, a medicina acompanha o arquétipo dominante, principalmente o valor de beleza "padrão" – que orienta as condutas dos indivíduos impondo regras de cuidado com o corpo e faz com que as clínicas de cirurgia plástica se multipliquem (KEMP, 2005). A linguagem do corpo que expressa nossa condição social é histórica, existe desde sempre, o que o capitalismo faz é transformar esse processo de construção dos nossos corpos também em mercadoria. Segundo David Le Breton:

A medicina deixa de se preocupar somente com cuidar, justificando-se dos 'sofrimentos' possíveis; ela intervém para dominar a vida, controlar os dados genéticos; ela tornou-se uma instância normativa, um bipoder (Foucault) (LE BRETON, 2003, p. 23).

Porém, a medicina, garante Kemp (2005), não criou os padrões de beleza, ela somente oferece os recursos necessários e viabiliza soluções para um modelo do corpo que está na "moda" e é difundido pela mídia. Essa última é uma forte influência tanto para expressão como para construção do corpo, pois ela difunde as tendências estéticas, serve para produzir um estilo de vida, fazendo com que a maioria dos "consumidores" esteja insatisfeito com sua aparência.

Para o padrão imposto, as consequências do tempo, o envelhecimento ou gravidez deixam de ser "naturais" e natural passa a ser a cirurgia, que aparece abertamente na televisão e nas revistas que, nos últimos anos, produzem várias reportagens que traduzem o sucesso dos médicos brasileiros (EDMONDS, 2007). Como afirma Alexander Edmonds:

Enquanto a cirurgia plástica começava a aparecer como forma medicalizada da cultura de aperfeiçoamento pessoal, às vezes também forçava os limites que definem a medicina: o crescimento das práticas publicitárias; o uso de vocabulário suavizante eufemístico para descrever os procedimentos médicos; a falta de critérios estabelecidos de diagnóstico; o surgimento de novos meios de financiar operações e incompreensão generalizada por parte do público a respeito das possibilidades e da realidade da cirurgia plástica (EDMONDS, 2007, p.212).

Essa cultura do padrão de beleza difundido pela mídia e pela medicina, acaba sendo imposto pela sociedade e transforma o "ser gorda", por exemplo, em negligência. A mulher é considerada responsável por sua juventude e "beleza", o corpo em forma torna-se sucesso pessoal (GOLDEMBERG, 2007).

Há, então, toda uma "campanha" para um padrão corporal feminino específico. As academias de ginástica proliferam pelas cidades, o *body building* ou "cultura da malhação" tem como objetivo mudar a estética do corpo utilizando a musculação e, segundo Goldenberg e Ramos (2007), se fundamenta na concepção de beleza e forma física como resultado do trabalho do indivíduo sobre seu corpo. Para as frequentadoras, representam também um estilo de vida, coberto de vaidade e negação das marcas de envelhecimento. David Le Breton define o termo:



O *body building* é um hino aos músculos, um virar o corpo do avesso sem esfoladura, pois as estruturas musculares são tão visíveis sob a pele viva dos praticantes quanto as pranchas de Vesálio. Além disso, o condicionamento implica a distinção das séries musculares a serem trabalhadas separadamente uma após às outras. Peça por peça, o *body builder* constrói seu corpo à maneira de um anatomista metucioso preso apenas à aparência subcutânea (LE BRETON, 2003, p. 42).

As mudanças no corpo acabam sendo usadas para explicitar a identidade e o estilo de vida. É de grande relevância, principalmente no capitalismo, onde percepção do corpo é dominada por várias imagens que propõe padrões de representação corporal. Le Breton afirma:

Ao mudar o corpo, o indivíduo pretende mudar sua vida, modificar seu sentimento de identidade. A cirurgia estética não é a metamorfose banal de uma característica física no rosto, ou no corpo; ela opera, em primeiro lugar, no imaginário e exerce uma incidência na relação do indivíduo com o mundo. [...] A cirurgia estética oferece um exemplo impressionante da consideração social do corpo como artefato da presença e vetor de uma identidade (LE BRETON, 2003, p.30).

Então, para chegar no corpo e no modelo ideal de beleza, as mulheres se sujeitam a horas na academia de ginástica, milhares de plásticas, criando peles esticadas, nariz fino, lábios carnudos, corpo magro, seios e nádegas grandes. Há também as que optam por corpos que se destacam pelo exagero, como por exemplo, as “mulheres fruta”, que fazem cirurgias plásticas para ficar com as nádegas grandes, seios fartos e coxas grossas - sem procurar naturalidade, a intenção é justamente o excesso com medidas avantajadas e uma sensualidade exacerbada - e também as fisiculturistas, apreciadoras da vertente mais extrema da musculação, que potencializam seus músculos mudando as formas inatas do corpo.

4. Considerações finais

Diversas áreas, de forma interdisciplinar, se debruçaram sobre a História do Corpo como, por exemplo, a História, a Sociologia, a Antropologia, a Filosofia, a Psicanálise, a Medicina e a Educação. Essas disciplinas e seus respectivos estudos foram fundamentais para trazer outro viés para o conceito de corpo. Michel Foucault, por exemplo, contribuiu para repensá-lo, assim como também o conceito de sexualidade como construções culturais e como dispositivos históricos, distanciando-se do discurso em que ambos eram dados como biológicos e naturais. Procuramos trazer aqui um pouco sobre essas teorias de socialização de corpos para também entender a dominação masculina.

Segundo Lacan (1958), o ser é definido por relações determinadas por uma linguagem estruturada pela lei paterna e seus mecanismos de diferenciação; é uma relação diretamente fálica que estabelece as identidades. O feminino existe como “falta” para pressupor a existência do masculino. A menina, que é constituída pela ausência do falo, tem sua educação como imposição de limites na negação do masculino e reconhecimento de sua subordinação.

Há, então, um processo cultural para naturalizar as diferenças das aparências biológicas, um “longo trabalho coletivo de socialização do biológico e de biologização do social” (BOURDIEU, 2002) que incorpora as estruturas históricas da ordem masculina. Alvo dessa diferenciação e dominação, o corpo feminino foi palco para muitos debates em diversos campos.

No percorrer da história, o discurso médico sobre o corpo feminino substituiu o da igreja, centralizando-se no útero e no discurso natural e biológico. Historicamente vimos as oscilações de padrões que os corpos das mulheres sofreram e como esses foram impostos, constituindo o imaginário, o saber e o discurso masculino sobre o corpo do qual não os pertencia e não os pertence.

Obviamente, por tratarmos do corpo feminino “padrão”, como já dito, nos referimos às mulheres de pele branca. A história do feminismo negro e do corpo da mulher negra é diferente do que abordamos



nesse artigo. Proporcionalmente, as mulheres negras sempre trabalharam mais que as brancas, o imenso espaço que atualmente ocupa o trabalho nas vidas das mulheres negras responde a um modelo estabelecido na escravidão. O trabalho forçado das escravas – que nunca eram vistas como “sexo frágil” - sombreava qualquer outro aspecto de sua existência. E quando estas “aproveitavam” alguns dos duvidosos benefícios da ideologia da feminilidade era em ocasiões em que a escrava era uma criada doméstica que desempenhava o trabalho de cozinheira ou de “mammy” para as crianças da casa grande (DAVIS, 2005).

Às mulheres negras permaneceu a responsabilidade pela execução de trabalhos como lavadeiras e empregadas domésticas, sem entrar na questão do significado do requisito de “boa aparência” exigido para a mulher negra em outras oportunidades de emprego. Além do trabalho braçal, sobre esses corpos há, através dos séculos, uma objetificação; as negras eram forçadas a satisfazer prazeres e desejos dos senhores de engenho desde o século XVI e a sexualização dos seus corpos é vista até hoje no ideal da mulata “produto exportação” (GONZÁLEZ, 1980), através da sua exposição, como por exemplo, de passista em espetáculos de carnaval.

Há uma hegemonia do feminismo branco ocidental sob os corpos e condutas das outras mulheres que acaba em atitude extremamente paternalista, já que na relação do branco com o negro no Brasil, o negro é tido como infantilizado, que precisa ser conduzido (BAIRRIOS, 2008). Então, a mulher negra é, ainda, mais marginalizada dentro desse ideal de corpo previsto; sempre se incorporou a elas a inferioridade e a subordinação.

Retomando o tema do artigo, conclui-se que, por séculos, os corpos femininos, de maneira geral, foram padronizados, significados e moldados pelas normas e imposições sociais produzidas por homens e pelo saber-poder da igreja, da medicina e do Estado. A padronização e adequação à norma ancorada no que é tido como natural e biológico é uma forma de marginalização dos corpos femininos em nome do que é dito normal, saudável e belo.

Além disso, esses corpos também foram (e ainda o são) privados, o que ainda reflete no âmbito social, restrições às mulheres. As idas e vindas dos corpos mais volumosos, substituídos pelo padrão da magreza, do corpo atlético, das cirurgias e próteses, as privações da sexualidade, do prazer e do desejo, a mentalidade social da mulher “Bela, recatada e do lar”⁵, evidenciam . posturas, comportamentos e um universo de normativas “adequadas” para os corpos femininos.

Nos últimos anos, essa padronização vem sofrendo rupturas impulsionadas pelos Movimentos Feministas que trazem debates de gênero e tornaram o corpo um fundamental instrumento político de luta por direitos. Os Movimentos Feministas contemporâneos são fragmentados, há uma pluralidade de correntes que buscam contemplar todos os corpos femininos, com por exemplo, os brancos, negros, indígenas, com deficiência, cisgêneros, transgêneros, heterossexuais, homossexuais e bissexuais. Para que, assim, cada um possa lutar com particularidade por suas demandas específicas e, também, por uma causa geral, enquanto se percebem parte de um grupo social extremamente discriminado, o de mulheres.

As lutas feministas estão longe de serem superadas, mas já resultaram em muitas mudanças, conquistando, de forma gradativa, direitos, espaços sociais e de trabalho e ressignificando as muitas formas do ser “belo”.

4. Referências bibliográficas

BAIRRIOS, Luiza. Mulher Negra e o Feminismo. In.: **O Feminismo do Brasil: reflexões teóricas e perspectivas**. UFBA, 2008.

⁵ Expressão machista explicitada e estampada pela revista VEJA em abril de 2016.



BASTIDE, Roger. Técnicas de repouso e de relaxamento, In: QUEIROZ, M.I. **Roger Bastide**. São Paulo: Ed. Ática, 1983.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: a experiência vivida**. São Paulo: Difusão europeia de livros, 1967.

BECKER, Howard. **Outsider: Estudos de sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BOUDIREU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, p. 151-172.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

CSORDAS, Thomas J. **Corpo/Significado/Cura**. Rio Grande do Sul: Ed. UFRGS, 2008.

DAVIS, Angela. El legado de la esclavitud: modelos para una nueva feminidad. In.: **Mujeres, raza y clase**. Madrid: Ed. Akal, 2005:11-38.

DEBERT, Guita Grin, GREGORI, Maria Filomena. Violência e gênero: novas propostas, velhos dilemas. **Rev. bras. Ci. Soc.** [online]. 2008, vol.23, n.66, pp.165-185. ISSN 1806-9053. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092008000100011>.

DOUGLAS, Mary. Los dos Cuerpos. In.: **Símbolos naturales**. Exploraciones en cosmología. Madrid: Alianza, 1978.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e Perigo**. “Ensaio sobre as noções de Poluição e Tabu”. Lisboa, Edições 70 (col. Perspectivas do Homem, n.º 39), s.d. (trad. por Sônia Pereira da Silva, 1966).

EDMONDS, Alexander. No universo da beleza: Notas de campo sobre a cirurgia plástica no Rio de Janeiro. In.: GOLDENBERG, Mirian [org.]. **Nu & Vestido: dez antropólogos revelam a cultura do corpo carioca**. 2ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2007.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 2. O uso dos prazeres**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GOLDENBERG, Mirian e RAMOS, Marcelo Silva. A civilização das formas: o corpo como valor. In_. GOLDENBERG, Mirian [org.]. **Nu & Vestido: dez antropólogos revelam a cultura do corpo carioca**. 2ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2007.

GOLDENBERG, Mirian. Apresentação. In_. GOLDENBERG, Mirian [org.]. **Nu & Vestido: dez antropólogos revelam a cultura do corpo carioca**. 2ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2007.



GONZÁLEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. Apresentado na Reunião do Grupo de Trabalho "Temas e Problemas da População Negra no Brasil", **IV Encontro Anual da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, 29 a 31 de Outubro de 1980.

HALL, Stuart. **Identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A: 2006.

HERTZ, R. A preeminência da mão direita: um estudo sobre a polaridade religiosa. **Religião e Sociedade**, n.6., 1980, p. 99-128.

KEMP, Kênia. **Corpo modificado: corpo livre?** São Paulo: Paulus, 2005.

LACAN, J. (1958). A significação do falo. In.: **Escritos** (pp. 692-703). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

LE BRETON, David. **Adeus ao Corpo: Antropologia e Sociedade**. Campinas, SP: Papirus, 2003.

LE BRETON, David. **La Sociología del Cuerpo**. Buenos Aires: Nueva Visión, 2011.

LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

LOURO, Guacira Lopes. Corpo escola e identidade. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, n. 2, v. 25, p. 59-76, 2000. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/46833>> Acesso em: 10 julho 2016.

MACHADO, Lia Zanotta. Dos direitos das mulheres ao direito à vida das mulheres. **Movimento feminista no Brasil: entre os setenta e a primeira década do século XXI**. Feminismo em Movimento. São Paulo: Editora Francis, 2010:137-144.

MAUSS, Marcel. As técnicas do corpo. In.: **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003, p. 399-422.

PEDRO, Joana Maria. Corpo, prazer e trabalho. In: PINSKY, Carla Bassanezi, PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012, p. 238-259.

PRIORE, Mary Del Priore. Magia e medicina na colônia: o corpo feminino. In.: (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2010, p. 78-114.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In.: PRIORE, Mary Del Priore (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2010, p. 578-606.

RODRIGUES, José Carlos. **Tabu do Corpo**. Rio de Janeiro: Achiamé: 1979.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. "Sempre bela". In: PINSKY, Carla Bassanezi, PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

SCOTT, Joan. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, FACED/UFRGS, vol. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.



VEIGA, Ana Maria; PEDRO, Joana Maria. Gênero. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losando Antonio (Org.). **Dicionário crítico de gênero**. Dourados: UFGD, 2015, p. 304-307.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, p. 35-82.

Data de submissão do artigo: 05/07/2018

Data da decisão editorial: 30/05/2019